

**PExt no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.478 - SP
(2019/0178353-0)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
REQUERENTE : RENAN WILLIANS DE CASTRO
ADVOGADO : FERNANDO JOSÉ COSTA JANUNCIO - SP231033
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : LUIZA CLARA OLIVEIRA DA COSTA (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL ARLINDO DA SILVA - SP378006
DANIELA AMANDA DA COSTA BENELLI - SP383490

DECISÃO

Trata-se de pedido de extensão de efeitos do v. acórdão proferido pela 5ª Turma desta Corte Superior no presente **habeas corpus**, em benefício de RENAN WILLIANS DE CASTRO.

Depreende-se dos autos que o requerente e a corré LUIZA CLARA OLIVEIRA DA COSTA foram presos em flagrante pela prática do crime do art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/06. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva, consoante decisão de fls. 99-101.

A paciente LUIZA CLARA OLIVEIRA DA COSTA impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal de Justiça de São Paulo, que em v. acórdão de fls. 315-321, denegou a ordem.

Contra o v. acórdão proferido pelo eg. Tribunal de origem foi interposto recurso ordinário em **habeas corpus**, sob a alegação, em síntese, de constrangimento ilegal decorrente da ausência de fundamentação idônea (fls. 347-355).

Em acórdão proferido pela 5ª Turma deste Superior Tribunal de Justiça, foi dado provimento ao recurso para revogar a prisão preventiva decretada em desfavor da recorrente, mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, a critério do d. juízo de primeiro grau, salvo se por outro motivo estivesse presa.

Por conseguinte, o corréu, ora peticionário, apresentou pedido de

extensão da decisão suprarreferida, alegando que se encontram na mesma situação fática-processual (fls. 402-403)

É o relatório.

Decido.

O art. 580 do Código de Processo Penal estabelece, **in verbis**: "*no caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.*"

Com efeito, vislumbra-se similaridade nas condições da recorrente LUIZA CLARA OLIVEIRA DA COSTA e do requerente RENAN WILLIANS DE CASTRO, que busca a extensão dos efeitos da decisão que revogou a prisão preventiva da primeira, consoante se observa da r. decisão que decretou a prisão preventiva de ambos (fls. 99-101).

Nesse compasso, havendo identidade na situação fático-processual, cabe, a teor do art. 580 do Código de Processo Penal, deferir o pedido de extensão de benefício obtido por um dos corréus.

Nesse sentido, colaciono os seguintes arestos desta Corte:

"PEDIDO DE EXTENSÃO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E ESTELIONATOS TENTADOS E CONSUMADOS. SIMILITUDE DA SITUAÇÃO FÁTICO-PROCESSUAL A JUSTIFICAR A EXTENSÃO DA ORDEM. DENÚNCIA QUE NÃO APONTA ATIVIDADES REITERADAS OU DE PROEMINÊNCIA NA QUADRILHA. PARECER MINISTERIAL FAVORÁVEL. PEDIDO DEFERIDO.

1. A teor do art. 580 do Código de Processo Penal, o deferimento do pedido de extensão exige que o corréu esteja na mesma condição fático-processual daquele já beneficiado.

2. Quanto ao ora peticionário, são semelhantes as circunstâncias, o que impõe a aplicação do art. 580 do CPP. Não obstante a existência de indícios de que o requerente, assim como o paciente, participava dos crimes de estelionato, não ressaí dos autos situação que demonstre a imprescindibilidade da medida extrema, uma vez não caracterizada proeminência ou posição de liderança na quadrilha, mas antecedentes ou

reincidência, sendo possível, portanto, a aplicação de medidas cautelares alternativas.

3. *Pedido de extensão deferido, na esteira do parecer ministerial.*"(HC 382.796/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 01/08/2017).

"HABEAS CORPUS. PEDIDO DE EXTENSÃO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. REDUZIDA QUANTIDADE DE MATERIAL TÓXICO APREENDIDO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. PROVIDÊNCIAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. ART. 319 DO CPP. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM PARTE EVIDENCIADO. RECONHECIMENTO AO CORRÉU. SIMILITUDE FÁTICO-PROCESSUAL. EXEGESE DO ART. 580 DO CPP. PLEITO DE EXTENSÃO DEFERIDO.

1. A aplicação de medidas cautelares, aqui incluída a prisão preventiva, requer análise, pelo julgador, de sua necessidade e adequação, a teor do art. 282 do CPP, observando-se, ainda, se a constrição é proporcional ao gravame resultante de eventual condenação.

2. A prisão preventiva somente será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar e quando realmente se mostre necessária e adequada às circunstâncias em que cometido o delito e às condições pessoais do agente. Exegese do art. 282, § 6º, do CPP.

3. No caso, mostra-se devida e suficiente a imposição de medidas cautelares alternativas, dada a apreensão de reduzida quantidade de estupefacientes e as condições favoráveis pessoais dos agentes.

4. Verificada a identidade fático-processual entre a situação dos pacientes beneficiados com a concessão da ordem de habeas corpus e o corréu requerente - já que continuaram segregados em decorrência dos mesmos inidôneos fundamentos, mencionados por ocasião da conversão da prisão em flagrante em preventiva - e que o pleito não se encontra fundado em motivos de caráter pessoal, devida a aplicação do disposto no art. 580 do CPP.

5. *Pedido de extensão deferido, concedendo-se a ordem de ofício, nos termos do art. 654, § 2º, do CPP, também ao ora peticionário, para revogar a sua custódia preventiva, mediante a imposição das medidas alternativas à prisão previstas no art. 319, I, IV e V, do Código de Processo Penal.*" (HC

390.292/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, DJe 14/06/2017).

Ante o exposto, **defiro o pedido de extensão** para, nos termos do art. 580 do CPP, estender ao ora requerente RENAN WILLIANS DE CASTRO, os efeitos do v. acórdão proferido às fls. 389-400, para o fim de revogar a prisão preventiva decretada em seu desfavor, mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, a critério do d. juízo de primeiro grau, salvo se por outro motivo estiver preso, e sem prejuízo da decretação de nova prisão, desde que concretamente fundamentada.

P. I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo
(Desembargador Convocado do TJ/PE)
Relator